

## O ACONTECIMENTO COMO DISCURSO

MANUEL CARLOS CHAPARRO \*

### 1. Introdução

O direito à informação tem complexidades que a democracia e a lógica do mercado acentuaram. O Artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos conceitua o direito à informação como o direito de cada cidadão procurar, receber e difundir informações e opiniões. Este é o texto: «*Todo o homem tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras*»<sup>1</sup>.

Quando se estabelece um princípio desses, cria-se de imediato uma exclusão gigantesca. A esmagadora maioria dos cidadãos não tinha, em 1948, como *procurar, receber e transmitir* informações, opiniões e idéias.

Mas as coisas mudaram, não apenas porque se aperfeiçoaram os conceitos e as práticas de democracia, mas também porque a revolução tecnológica, entre as mudanças que produziu, viabiliza a socialização imediata e ampla dos discursos particulares. Também por isso vivemos hoje num mundo falante e institucionalizado.

---

\* Universidade de São Paulo, São Paulo.

<sup>1</sup> A Declaração Universal dos Direitos do Homem foi adotada em 10 de Dezembro de 1948, proclamando os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais de «*todos os membros da família humana*».

Nesse mundo falante e institucionalizado, o que dinamiza a realidade, e a altera, é a força desorganizativa ou reorganizativa da informação. Noticiar tornou-se a forma mais eficaz de agir no mundo da democracia e do mercado. E criar acontecimentos, recheá-los de conteúdo jornalístico, a mais competente intervenção discursiva das instituições. Quem controla os acontecimentos produz os fatos, os atos, as falas, os saberes, serviços e produtos que nutrem irrecusavelmente os conteúdos jornalísticos. E a competência de produzir e difundir discursos – isto é, a competência de dizer para agir e de agir quando se diz – enriquece a democracia, dinamiza as tramas culturais, dá sentidos novos à cidadania.

Esse é o cenário de uma profunda perturbação dos processos jornalísticos, a que podemos chamar «Revolução das Fontes». As fontes se profissionalizaram, assimilaram os conceitos, a linguagem e a lógica do jornalismo, capacitaram seus protagonistas, desenvolveram competência no uso das novas tecnologias para a valorização decisiva da dimensão comunicativa dos acontecimentos. Governos, partidos políticos, empresas, igrejas, clubes, minorias organizadas, movimentos sociais, grupos culturais, sindicatos – os sujeitos institucionais se manifestam por meio de acontecimentos planejados para serem notícia. Em decorrência disso, porque controlam os acontecimentos noticiáveis e noticiados, geram também os conteúdos jornalísticos.

## **2. Revisão de conceitos**

Nos conceitos da bibliografia tradicional, o jornalismo é entendido e explicado como processo de mediação, que, com certo distanciamento crítico, observa a atualidade, a relata e/ou comenta. Mas a observação metódica do jornalismo atual revela que essa relação entre o jornalismo e a atualidade mudou, e de forma radical. Os acontecimentos não se materializam à distância, para serem observados e relatados, mas no tempo e no espaço do jornalismo, e aí atingem o seu ápice estratégico, o ápice do sucesso, quando são noticiados. Favorecida e estimulada pelas tecnologias da informação, essa estratégia de conflitos convém à democracia, à lógica do mercado e à ação institucionalizada dos sujeitos sociais.

É uma atualidade que coloca problemas inesperados ao jornalismo, principalmente de natureza ética. Porque lhe impõe uma nova vocação, a de ambiente eficaz para a realização dos confrontos discursivos transformadores, entre sujeitos organizados, competentes na afirmação dos seus próprios interesses.

Nos dicionários, a significação da palavra atualidade (qualidade ou estado de atual) pouco ultrapassa a dimensão temporal. É o interesse do «tempo presente». E o mesmo sentido lhe dá o linguista Van Dijk («coisas

que ocorrem agora precisamente») <sup>2</sup>, quanto inclui a atualidade no elenco daquilo a que chama de valores jornalísticos. São entendimentos pobres da palavra, ainda que esteja na dimensão temporal da atualidade a raiz da lógica da «presentificação», neologismo a que me atrevo por falta de melhor palavra, para falar do compromisso vital do jornalismo com o «hoje» e o «agora».

Na cultura jornalística, o termo atualidade tem a complexidade da própria vida. É de vida que se trata, e de todos os seus conflitos e contradições, quando, nos conteúdos jornalísticos, se fala dos acontecimentos significativos para as pessoas, isto é, dos fatos e atos, das falas e revelações imediata ou potencialmente desorganizativos ou reorganizativos, por seus efeitos imediatos na realidade vivida pelas pessoas. Enquanto atributo de definição do jornalismo, a atualidade tem, além da *dimensão temporal*, a *dimensão da transformação* <sup>3</sup>. Os acontecimentos sem essa característica, que nada transformam, não interessam ao jornalismo, porque não interessam ao mundo.

O que diariamente vemos nos telejornais e lemos nos jornais são relatos e comentários de três tipos de intervenções na atualidade: acontecimentos programados e controlados por agentes interessados; revelações e falas planejadas e controladas por instituições ou pessoas também interessadas; e acontecimentos imprevistos, não programados.

Se excluirmos os dias raros das grandes tragédias, e em estimativa autorizada por observações que realizo com certa regularidade, 90% a 95% do que se noticia e comenta tem origem em fontes organizadas. A síntese está nas primeiras páginas. Ainda recentemente, e num dia de atividade reduzida por parte das fontes organizadas (sábado), classifiquei e comparei as chamadas da primeira página de três jornais diários, dois portugueses e um brasileiro. Na soma, 28 notícias, das quais apenas três relatavam ou falavam de acontecimentos não programados. As outras 25 tinham fontes organizadas na origem: 13 reproduziam revelações ou falas planejadas por sujeitos competentes; 12 relatavam acontecimentos programados e controlados por instituições. E todas essas notícias estavam nas primeiras

---

<sup>2</sup> VAN DIJK, Teun. *La Notícia como discurso – Comprensión, estructura y producción de la información*. Barcelona, Paidós, 1990, p. 176.

<sup>3</sup> Por causa do potencial transformador dos acontecimentos, a atualidade tem também, no sentido jornalístico que o autor atribui ao conceito, a *dimensão das razões*, que mais não é do que a dimensão ética. Trata-se de coisas como o direito à vida, à liberdade, à verdade, à informação; o direito à honra e à dignidade; o direito à casa, ao voto, à justiça, à educação, ao trabalho, à saúde; o direito de falar, de ir e vir, de silenciar, de estar só e de se associar. Na dimensão das razões está a fonte dos critérios para atribuir significados aos acontecimentos e às transformações que eles produzem ou podem produzir.

páginas devido ao potencial desorganizativo, organizativo ou explicativo dos fatos e falas de que davam conta.

A revolução das fontes integrou o relato jornalístico à estratégia e à estrutura dos acontecimentos. E daí resultam implicações éticas, técnicas e estéticas que complicam o entendimento, a pesquisa e a prática do jornalismo, em relação ao qual, por tais motivos, se torna urgente uma revisão conceitual.

### **3. Interações complicadas**

A verdade é que os jornalistas das redações deixaram de ser os únicos a pensar na edição do dia seguinte. O projeto da próxima edição tornou-se uma criação partilhada entre os profissionais que, nas redações, têm a atribuição e a responsabilidade de decidir o que publicar, como publicar, e aqueles que, atuando nas instituições produtoras de acontecimentos, municiam de conteúdos e idéias os pontos estratégicos das redações, com informações jornalisticamente ordenadas, propostas de pauta, fotografias, materiais de suporte ou de consulta, e até textos prontos, de artigos que, no dia seguinte, talvez recheiem as chamadas páginas de opinião. Nessas interações, a Internet passou a ter uso intensivo, bastante competente, acelerando fluxos, direcionando-os seletivamente, tanto para a distribuição controlada de informações quanto para o acesso aos acervos guardados em *sites* e em bases de dados.

Só em São Paulo, calcula-se que pelo menos dois mil jornalistas trabalhem em fontes, e disso vivam. Esse é o cálculo prudente do próprio Sindicato dos Jornalistas. No Estado, as empresas prestadoras de serviços de assessoria de imprensa, regularmente constituídas, já passam de 400, dando trabalho a cerca de 800 jornalistas. As grandes empresas industriais e comerciais, todas possuem seus departamentos de comunicação, e dentro deles, áreas especializadas em assessoria de imprensa. O mesmo acontece no serviço público. No núcleo central do Governo e em todas as secretarias de Estado existem assessorias de imprensa, em alguns casos com equipes de três, quatro, cinco jornalistas. O mesmo acontece na Prefeitura de São Paulo e nas secretarias municipais. No Interior de São Paulo, pelo menos 120 das principais prefeituras têm o seu assessor de imprensa ou de comunicação. Há as grandes e médias empresas públicas, todas com assessorias de comunicação, e as casas legislativas, com dezenas de assessores de imprensa (cada deputado estadual e cada vereador paulistano tem o seu). Nessa listagem entram os clubes, as entidades sindicais, as associações mais diversas que produzem acontecimentos e os divulgam profissionalmente, entre elas numerosas ONGs.

Existem números disponíveis com razoável nível de precisão. Com base em dados primários do Ministério do Trabalho, de 1995, a subseção do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos) no Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo produziu um informe estatístico sobre a distribuição dos jornalistas com carteira profissional assinada, no mercado de trabalho. Eis os resultados:

- No Brasil, de 18.825 jornalistas com carteira assinada, 6.858 trabalhavam fora das redações. Ou seja, 36,4%, proporção equivalente à dos profissionais que trabalhavam em redações no segmento de jornais.
- Em São Paulo, a percentagem dos jornalistas com relações de trabalho fora das redações era de 32,1%. Em números absolutos, isso representa 1.884 jornalistas trabalhando fora das redações, para um total de 5.876 profissionais registrados.

Em resumo, um terço dos jornalistas profissionais atuam em assessorias de imprensa, tendo nesse trabalho a principal atividade profissional – e não entram no cálculo os que têm a assessoria de imprensa como segundo emprego e os que se tornaram empresários no ramo ou nele atuam como autônomos.

O trabalho diário desses profissionais reflete-se, inevitavelmente, nas edições dos telejornais de cada dia e nos jornais impressos do dia seguinte. Saem deles os conteúdos que recheiam os relatos jornalísticos.

#### **4. Revelações confirmadoras**

Para desvendar a intimidade das relações das fontes organizadas com o jornalismo, e conhecer os procedimentos e as negociações que inserem o relato jornalístico na estratégia e na estrutura do acontecimento, desenvolvo há três anos um projeto de pesquisa que recebe a ajuda da FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

Na vertente empírica desse projeto, fez-se o acompanhamento de quatro acontecimentos e a dissecação da sua intencionalidade discursiva. Foram os seguintes:

- *A Marcha dos Sem-Terra a Brasília*, durante a qual, de 17 de Fevereiro a 17 de Abril de 1997, cerca de 1.500 camponeses militantes do Movimento caminharam para Brasília, na mais importante jornada de luta popular pela reforma agrária. A marcha iniciou-se em três regiões diferentes, colocando longas e disciplinadas caravanas em estradas importantes, em caminhadas convergentes para a capital do país.

As três colunas encontraram-se a poucos quilômetros do destino, e à sua espera, em Brasília, havia pelo menos mais 30 mil manifestantes vinculados a instituições sindicais e a partidos oposicionistas, dando volume massivo ao ápice do acontecimento, na Praça dos Três Poderes. Com essa Marcha, o Movimento dos Sem-Terra marcou na opinião pública a transição para a sua segunda fase, a da luta política pela Reforma Agrária, deixando para trás a fase inicial, a da luta corporativa por terra para camponeses que dela necessitavam.

- As *Greves de Fome*, promovidas pelos sequestradores do empresário Abílio Diniz, como forma de luta por tratamento penal de criminosos políticos, para, assim, terem reduzidas as suas penas. O sequestro aconteceu entre os dias 11 e 17 de Dezembro de 1989 e foi resolvido pela polícia, que prendeu todos os sequestradores. Embora pertencessem a movimentos clandestinos da esquerda latino-americana e tivessem feito o sequestro com o fim de obter recursos financeiros para a guerrilha salvadorenha, os sequestradores foram julgados e condenados como criminosos comuns, o que lhes agravou a pena. Para corrigir o que consideravam uma injustiça e alcançarem a liberdade, iniciaram a primeira greve de fome a 16 de Abril de 1998, e a sustentaram durante quinze dias. Foi um grande sucesso enquanto ato político, graças à divulgação alcançada, mas fracassou sob o ponto de vista dos resultados penais. Por isso, iniciaram outra greve a 16 de Novembro e a mantiveram durante mês e meio, produzindo, desta vez, desdobramentos políticos e diplomáticos que forçaram o governo brasileiro a encontrar soluções para os pleitos dos presos.
- *Lançamento comercial do longametrage Central do Brasil*. Em Fevereiro de 1998, o filme ganhou o Festival de Berlim, nas categorias «melhor filme» e «melhor atriz» (Fernanda Montenegro). Logo em seguida, ganhou o Globo do Ouro e, depois, foi lançado nos circuitos comerciais do mercado brasileiro. No embalo do sucesso, *Central do Brasil* concorreu (sem ganhar) ao Oscar na categoria «Melhor filme estrangeiro» e Fernanda Montenegro foi uma das indicadas ao galardão, na categoria «Melhor atriz».
- *Bill Gates, tema de enredo de escola de samba*. No Carnaval paulistano de 1999, a escola de samba Unidos do Peruche adotou a história de Bill Gates como enredo do seu desfile, sem revelar ao público que negociações produziram esse acordo. Pela notoriedade do personagem, mas, principalmente, pelo inusitado da escolha, foi um dos aspectos do Carnaval mais comentados na mídia, com evidência particular nas reportagens de televisão durante os desfiles. E (talvez pela primeira vez) o Carnaval foi assunto relevante nos jornais de economia.

O trabalho de campo está concluído. As sínteses estatísticas também. Fazemos agora o cruzamento das evidências obtidas com a base teórica escolhida (revisão dos conceitos de atualidade, estudos de efemerologia, teoria do acontecimento e teoria do discurso na sua vertente pragmática), para a obtenção de conclusões significativas. Não há ainda, portanto, resultados finais a antecipar, nem isso poderia ser feito antes da conclusão do trabalho.

Mas alguns dados podem ser revelados, e eles confirmam claramente a competente e deliberada interação das fontes organizadas com os processos de produção do jornalismo.

Em relação a cada acontecimento, foram feitos levantamentos quantitativos e qualitativos de textos publicados. Foram também entrevistados profissionais intervenientes nas fontes e nas redações, inclusive para a revelação das estratégias e razões de cada lado, bem como dos entendimentos.

Como recortes de demonstração, pinço alguns dados de dois dos acontecimentos e trechos de declarações recolhidas de dois dos intervenientes.

\*

Sobre a estratégia de divulgação do Movimento dos Sem-Terra, disse o pedagogo Neuri Rosseto, que à época (Junho de 1997), era o coordenador nacional de comunicação do MST:

*«(...) O MST age no campo mas discursa para a cidade. Nós não acreditamos que sozinhos possamos vencer a luta pela reforma agrária. Ou a gente consegue envolver toda a sociedade nessa luta, ou não teremos êxito. (...) Por um longo tempo, das nossas ações no campo não chegava notícia à cidade. Só recentemente, desde há dois ou três anos, o MST começou a ganhar espaço na imprensa. Quando a imprensa silencia, ela nos isola. Mas a gente aprendeu a lidar com a lógica do jornalismo...»*

*(...)*

*«A comunicação desempenha um papel muito importante, e de mão dupla. Enquanto forma de isolamento, tão perigoso quanto o silêncio da imprensa a nosso respeito é o afastamento e a falta de interesse da nossa gente pelo que acontece nas cidades. Um conflito que não é noticiado não produz problemas para o governo, e se não produz problemas, não obtém conquistas, porque o governo só age sob pressão, e para isso precisamos do apoio da sociedade. Ora, se não conseguimos manter a sociedade informada, como podemos esperar o seu apoio? Por outro lado, a nossa gente, no quotidiano da luta, precisa estar a par do que acontece no país, e descobrir a relação da nossa luta com os problemas nacionais. (...) Se o trabalhador rural achar que lhe basta a conquista do pedaço de terra, e que depois disso nada mais interessa, até o pedaço de terra ele acabará perdendo.»*

*(...)*

*«O que gera notícia e debate são os fatos políticos. Nós nunca trabalhamos com a hipótese de transformar em objetivo a conquista de espaço na imprensa.»*

*Não queremos noticiário insuflado. (...) Claro que buscamos competência para lidar com a informação. Mas consideramos que a divulgação não pode ser um objetivo. (...) O sucesso que nos interessa é o das ações, não o da divulgação. A divulgação é decorrência. (...) Também na marcha a Brasília, a divulgação foi consequência, não objetivo.»*

\*

A consequência, em números, considerando-se, apenas, os dois jornais pesquisados (*Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*): 354 peças jornalísticas publicadas, entre reportagens, notícias, entrevistas, editoriais, artigos assinados, comentários e notas em colunas (cobrindo 13 dias no início e 13 dias no final da Marcha, que durou dois meses). A mancha impressa total foi de 120.432 cm<sup>2</sup>, o equivalente a 67 páginas de jornal.

\*

O jornalista Breno Altmann funcionou como assessor de imprensa dos sequestradores presos, função propositalmente ofuscada pela condição de «porta-voz público» do Comitê pela Libertação dos Presos Políticos Internacionalistas, representação política que também desempenhava e pela qual fazia questão de ser identificado.

Da longa entrevista que concordou conceder após a primeira greve de fome, para falar dela, recortam-se para este trabalho as seguintes revelações:

\* Sobre a estratégia do acontecimento, para a divulgação jornalística:

*«A primeira batalha foi a de conquistar a opinião pública da esquerda, para caracterizar que os sequestradores de Abílio Diniz eram presos políticos e, portanto, gente no nosso álbum de família e que por isso deveriam ser defendidos incondicionalmente pelos militantes de esquerda. Até então, uma parte da opinião pública de esquerda acreditava que eles eram delinquentes comuns, criminosos sociais. (...) Em seguida, havia uma segunda etapa, ainda anterior à greve, na qual se deveria caracterizar o tratamento dado aos presos como infrator dos direitos humanos. Havia uma farsa jurídica a denunciar, porque eles foram condenados a penas máximas sendo réus primários, e tiveram uma sentença coletiva, o que é inconstitucional. (...) Quanto à opinião pública em geral, estava dentro do seguinte desenho, para que o caso entrasse na agenda política do país: primeiro, conquistar a opinião pública da esquerda; depois, no alargamento da ação, conquistar as pessoas sensíveis aos temas dos direitos humanos; por fim, teríamos de fazer o embate público em favor da libertação dos presos, e o instrumento foi a greve de fome.»*



\* Sobre o agendamento da greve pela imprensa:

«(...) O processo começou com uma reportagem na revista *Atenção*, que eu dirigia. A partir dela se cria um núcleo de esquerda com razoável experiência, e começa-se a organizar um trabalho de solidariedade que envolveu a esquerda, a igreja e setores de esquerda. (...) No que se refere à imprensa, houve um trabalho de conquistar espaço na grande imprensa do país, valorizando-se o interesse jornalístico do caso. A imprensa 'underground' já se tinha engajado; era preciso engajar a 'imprensa branca'. (...) Era o trabalho mais simples do mundo... Procurar quem dirige as redações, conversar com eles, motivá-los para o interesse jornalístico do caso. Conversávamos com o diretor da redação, o redator chefe, o editor chefe. (...) Não adianta conversar com o repórter ou o editor operacional; não sai. Oferecíamos a possibilidade de conversar com os presos na cadeia, de entrevistá-los. Sempre procuramos que a imprensa tivesse uma relação direta com eles, pelo mecanismo da entrevista. (...) Buscava-se espaço para que o assunto fosse colocado pela boca dos presos. Isso ainda na segunda etapa ... (...) Quem tomou a decisão de partir para a terceira etapa (a greve de fome) foram os presos. Tem que se levar em conta que eles não são um produto e nós a agência que autoriza o lançamento do produto. Rigorosamente, quem desempenha o papel decisório em última instância, o tempo todo, são os presos, que são pessoas de alto nível político-cultural.»

(...)

«Em Março, já se sabendo que a greve começaria dia 16 de Abril, criamos um Comitê, uma organização pública de solidariedade aos presos. No dia 16 de Março, um mês antes do começo da greve, os presos lançam uma 'Carta aos Brasileiros', lida na inauguração do Comitê. (...) Sempre soubemos que a greve de fome seria vitoriosa ou não, em função do resultado da divulgação. Mas ainda não era hora de um trabalho de difusão na grande imprensa. Qualquer vazamento atrapalharia a greve. (...) Só houve vazamento quando a gente decidiu vazar a ameaça de greve, no dia 2 de Abril, à véspera da uma reunião da Cúpula latino-americana (...), para fazer tremer o governo brasileiro. (...) Aí, a gente começa somente a operar com a Folha. Procurei Clóvis Rossi, o jornalista de história mais íntegra, pedindo um tratamento correto.»

(...)

«Nossa idéia era ter informados os quatro grandes jornais (Folha, Estado, Jornal do Brasil e O Globo), para dar a notícia no domingo, 15 de Abril, véspera do início da greve. Avisamos que ia ter greve e combinamos de todos saírem com a notícia no domingo. Aí, o Estadão fura. Resolveu dar a notícia sábado, na capa. Mas eu fui informado por alguém da redação, avisei os outros jornais e a Folha ainda consegue entrar com a notícia no sábado. Nesse momento, a greve começa a ser o principal assunto do país.»

\* Sobre as relações com a imprensa, durante a greve:

«O contato era diário, permanente. E todos os dias, às 14 horas, havia uma entrevista coletiva, para informar o boletim médico e outras coisa. Isso acontecia na frente da cadeia, ora a masculina, ora a feminina, nunca em recinto fechado. (...) Havia o cuidado de garantir prestígio e condições emocionais adequadas para o momento da divulgação dos boletins médicos, porque era ali que estava o vetor humanístico a passar para a opinião pública. (...) Criou-se o ritual de um horário

*fixo para a informação diária do boletim, e uma forma quase solene para o passar à imprensa. Para fazer a imprensa ir à cadeia, a gente nunca passava o boletim médico por telefone.(...) Nós governávamos a imprensa, porque éramos fonte única.»*

*(...)*

*«Agora estamos na quarta etapa, que é a preparação da nova greve de fome, porque o governo não cumpriu o acordo.»*

\*

Como resultado da estratégia de divulgação, a primeira greve de fome dos sequestradores de Abílio Diniz, durante o período em que se desenrolou, conseguiu nos dois jornais diários pesquisados um total de 61.883 cm<sup>2</sup> de área impressa, o equivalente 34 páginas, com 194 peças jornalísticas publicadas, na grande maioria reportagens, mas também editoriais, artigos assinados, notícias e notas ou comentários em colunas.

## **5. Conclusão – Perspectiva dos valores**

Em vez de contar as antigas histórias que serviam ao diletantismo, o jornalismo de hoje viabiliza intervenções interessadas na atualidade, ações que alteram o mundo real e presente das pessoas. Isso o coloca em crise, porque a estratégia comunicativa dos acontecimentos invade de propaganda o discurso jornalístico. Há que fazer uma rediscussão teórica do jornalismo, para que se aclarem as noções sobre o seu novo papel nas sociedades democráticas.

Por sua credibilidade, que a todos interessa preservar, o jornalismo é a linguagem mais eficaz para o sucesso das macrointerlocuções e macrointerações deste mundo institucionalizado. Um mundo falante, produtor de uma atualidade marcada pelos conflitos, mas balizada eticamente pela perspectiva ética, ou seja, a perspectiva dos valores e direitos humanos dos projetos democráticos, entre os quais o direito à informação e o dever de informar.

Aos compromissos com esses valores estão também obrigadas as fontes institucionais, já que fazem parte dos processos jornalísticos como produtoras deliberadas de acontecimentos e conteúdos. Os empresários e os executivos do mundo dos negócios, os políticos e os outros responsáveis pela coisa pública, as lideranças dos movimentos sociais e culturais, os produtores de conhecimento, os líderes e mentores religiosos, os poderosos, os transgressores culturais e quantos mais tenham desenvolvido a competência e conquistado a legitimidade de produzir discursos para a socialização no ambiente jornalístico – todos estão diante do dever de zelar pela credibilidade do jornalismo, indispensável ao sucesso dos processos sociais.